



**CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DA  
CARREIRA DO MAGISTÉRIO SUPERIOR - CPDT-2022/UFGD**

Processo n.º 23005.006120/2022-90

Edital de Abertura CCS n.º 08/2022

**AUTODECLARAÇÃO**

Eu \_\_\_\_\_,  
abaixo assinado, de nacionalidade \_\_\_\_\_, nascido(a) em  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, no Município de \_\_\_\_\_,  
Estado \_\_\_\_\_, filho(a) de \_\_\_\_\_ e  
de \_\_\_\_\_, estado civil \_\_\_\_\_,  
residente \_\_\_\_\_ e domiciliado(a) na

CEP n.º \_\_\_\_\_, portador da cédula de identidade n.º \_\_\_\_\_,  
expedida em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, órgão expedidor \_\_\_\_\_, e do CPF n.º  
\_\_\_\_\_, com base na Lei n.º 12.990, de 09 de junho de 2014, art. 2º, ME

**AUTODECLARO:**

( ) Negro/Negra de cor preta

( ) Negro/Negra de cor parda

Estou ciente de que, segundo o parágrafo único da referida Lei, na hipótese de constatação de autodeclaração falsa constatada em procedimento administrativo em que sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, serei eliminado do certame e, se nomeado, ficarei sujeito à anulação da minha admissão ao cargo (conforme §1º do art. 11 da Portaria Normativa SGP/MPDG n.º 4, de 06/04/2018) sem prejuízo de outras sanções cabíveis, bem como em caso de falsidade ideológica, ficarei sujeito às sanções prescritas no Código Penal\* e às demais cominações legais aplicáveis.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) Candidato(a)

De acordo com o IBGE, a população negra no Brasil corresponde à soma dos autodeclarados de cor/raça preta e parda.

\*O Decreto-Lei n.º 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal – Falsidade ideológica Art. 299: omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou

Página 55 de 76  
Boletim de Serviços n. 2308 Publicado em 17/08/2016alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.